



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

RESOLUÇÃO CEPE - Nº 2023.50

Aprova Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, modalidade a distância, da UEPG.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na reunião do dia 06 de junho de 2023, *considerando* os termos do expediente protocolado sob nº 21.000061363-0, de 03.11.2021, que foi analisado pela Câmara de Graduação, através do Parecer deste Conselho sob nº 2023.56, *aprovou* e eu, Vice-Reitor, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar, modalidade a distância, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na forma do *Anexo* que passa a integrar este ato legal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mottin Demiate, Vice-reitor**, em 14/06/2023, às 12:00, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1485335** e o código CRC **75A9BA74**.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Convênio: Ministério da Educação / Universidade Aberta do Brasil / Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior / Escola de Governo do Estado do Paraná / Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná

1.1 Atos Legais

A UEPG foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970. Foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

1.2 Endereço

- Página: <http://uepg.br>
- Fone: (42) 3220-3000
- Campus Uvaranas - Av. General Carlos Cavalcanti, 4748, CEP 84030-900 - Ponta Grossa – Paraná.
- Campus Central - Praça Santos Andrade, 1 – CEP 84010-790 - Ponta Grossa – Paraná

1.3 Perfil e Missão da IES

A finalidade que justifica a existência da UEPG enquanto Instituição de Ensino Superior do complexo educacional do Estado do Paraná, autarquia de direito público e que baliza seus objetivos estratégicos, táticos e operacionais consiste, de modo geral, em proporcionar à sociedade meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Tal finalidade se sintetiza na ideia de ação unitária entre o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Deste modo, a Universidade está comprometida com a educação integral do estudante, preparando-o para:

- Exercer profissões de nível superior;
- Praticar e desenvolver ciência;
- Valorizar as múltiplas formas de conhecimento e expressão, técnicas e científicas, artísticas e culturais;
- Exercer a cidadania;
- Refletir criticamente sobre a sociedade em que vive;
- Participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais;
- Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade;
- Lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia;
- Contribuir para a solidariedade nacional e internacional.

De modo sintético, pode-se expressar a missão da Universidade da seguinte forma: A UEPG tem por finalidade produzir e difundir conhecimentos múltiplos, no âmbito da Graduação, da Extensão e da Pós-Graduação visando à formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, para a melhoria da qualidade da vida humana.



1.4 Dados Socioeconômicos da Região

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Brasil, em 2010, ocupa o 73º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH -, no ranking mundial com 0.699, classificado como “Desenvolvimento humano alto”, apresentando “tendência de crescimento sustentado ao longo dos anos”.

O rendimento anual dos brasileiros é de US\$ 10.607, e a expectativa de vida, de 72,9 anos. A escolaridade é de 7,2 anos de estudo, e a expectativa de vida escolar é de 13,8 anos. Apesar do IDH brasileiro seguir uma trajetória de crescimento igual nas dimensões saúde, educação e renda, o relatório aponta que 8,5% dos brasileiros são pobres e “sofrem privação” em saúde, educação e renda. Destes, o principal item, segundo o relatório, é a educação. “O que mais pesa na pobreza é a educação.”

O novo IDH mostra que é necessário dar mais importância à educação no Brasil”. No entanto, existem grandes disparidades sociais e econômicas no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grandes que o país apresenta realidades distintas em seu território, e se torna irônico classificar o país como alto Índice de Desenvolvimento Humano. As diferenças ficam evidentes analisando as regiões, sendo as regiões sul e sudeste as que possuem melhores índices, MAS, MESMO NESTE CONTEXTO, O Paraná, situado na região Sul do Brasil apresenta grandes disparidades no que se refere ao IDH, ao acesso à educação superior de qualidade.

A característica demográfica do Paraná traz um grande desafio que é prover a assistência adequada a uma crescente população, pois possui O Paraná possui 11 milhões de habitantes distribuídos em uma área territorial de 199.298,981 km², com densidade demográfica de 52,40hab/km².

A desigualdade compromete o padrão de desenvolvimento e a disparidade de renda é o fator que mais influencia negativamente nesse resultado. O Programa das Nações Unidas em Desenvolvimento (PNUD), passou a calcular em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDH-D), não utilizando médias nacionais, mas considerando as desigualdades do País em relação à renda, à educação e à saúde. A desigualdade de rendimentos, educação e saúde persiste de uma geração para outra num contexto de baixa mobilidade socioeconômica.

No Brasil, das três dimensões do IDH a que representou maior perda foi a renda (-22,3%), seguida de educação (-19,8%) e saúde (-12,5%). São necessárias políticas públicas que tenham alcance (cheguem a quem precisa), amplitude (contemplem fatores que perpetuam o problema) e apropriação (beneficiados como agentes de seu desenvolvimento).

Desta forma, a realização de curso de tecnologia em Gestão Hospitalar se faz tão necessária.

1.5 Breve Histórico da IES

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, localizada na região centro-sul do Estado, abrangendo 22 municípios em sua área de influência, foi criada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, e Decreto nº 18.111, de 28 de janeiro de 1970, é uma das mais importantes instituições de ensino superior do Paraná, que resultou da incorporação das Faculdades Estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente. Eram elas, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, criada pelo Decreto Estadual nº 8.837, de 08/11/49, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 32.242, de 10/02/53; a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 921, de 16/11/52, reconhecida pelo Decreto Federal nº 40.445, de 30/11/56, posteriormente desmembrada na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, através da Lei nº 5.261, de 13/01/66; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, criada pela Lei nº 2.179, de 04/08/54, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 50.355, de 18/03/61; e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.50

FL. 3 DE 40

Grossa, criada pela Lei nº 03/66, de 12/01/66, e reconhecida pelo Decreto Federal nº 69.697, de 03/12/71. A personalidade jurídica de cada uma dessas unidades isoladas foi extinta no ato da criação da Universidade sob o regime da Fundação de Direito Público.

Fundindo-se na estrutura universitária implantada, foi reconhecida pelo Governo Federal através do Decreto nº 73.269, de 07/12/73 que, simultaneamente, aprovou seu Estatuto, o Regimento Geral e o Plano de Reestruturação.

2. DADOS SOBRE O CURSO

2.1 Nome do Curso: CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR

2.2 Habilitação/Grau:

() Bacharelado () Licenciatura (x)Tecnólogo

2.3 Modalidade de Ensino:

() Presencial (x) Educação a Distância

2.4 Local de funcionamento do Curso:

Polos Regionais de Educação no Estado do Paraná

2.5 Turno de Funcionamento:

() Matutino () Vespertino (x) Integral () Noturno

2.6 Carga Horária do Curso:

	Carga Horária
Formação Básica Geral	564
Formação Específica Profissional	1.551
Formação Específica Profissional - OTCC	34
Prática enquanto componente curricular	-
Extensão como componente curricular *	256
Atividades Complementares	-
Carga Horária Total do Curso	2.405

*10% do total da CH do curso. Caso tenha CH de extensão em disciplina, descontar na informação dos grupos anteriores.

2.7 Tempo de duração do Curso:

Mínima: 36 meses Máxima: 42 meses

2.8 Ano da Primeira Oferta:

Ano: 2023

2.9 Atos Legais:

- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências.
- Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016 – Atualiza o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST).
- Parecer CNE/CP nº 7/2020, de 19 de maio de 2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).



- Parecer CNE/CP nº 17/2020, de 10 de novembro de 2020 - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Parecer CNE/CES nº 497/2021, de 2 de setembro de 2021 - Consulta sobre a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia.
- Criação: EDITAL Nº 09/2022 - Chamada para articulação de cursos superiores na modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. Processo nº 23038.009848/2021-13 – UEPG nº 88881.683691/2022-01
- Reconhecimento: Não se aplica – 1ª Turma

2.9.1 Local de Funcionamento e vínculo administrativo do Curso

- Campus universitário: Bloco M
- Setor: Ciências Biológicas e da Saúde
- Departamento: Odontologia
- Contato: 3220-3104/ deodon@uepg.br
site: <https://pitangui.uepg.br/departamentos/deodon/>

2.10 Número de Vagas Ofertadas:

Total:	150
--------	-----

2.11 Dados sobre o Coordenador do Curso

Nome do coordenador do curso: CRISTINA BERGER FADEL	
Titulação: DOUTOR	
Portaria de designação:	
Formação Acadêmica:	
Graduação	ODONTOLOGIA, UEPG, 1996
Pós-Graduação	Doutorado em Odontologia Preventiva e Social / Saúde Coletiva, UNESP, 2009
Carga Horária semanal dedicada à coordenação do curso	20 HORAS
Regime de trabalho do coordenador do curso	TIDE
Tempo de exercício na IES	25 ANOS
Tempo na função de coordenador do curso	-

2.12 Dados sobre o Colegiado de Curso

Membros componentes do Colegiado	Titulação	Regime de trabalho	Ato oficial de nomeação
Juvancir Silva	Doutor	TIDE	-
Marilisa do Rocio Oliveira	Doutora	TIDE	-
Luciana Dorochenko Martins	Doutora	TIDE	-
Stella Kossatz Pereira	Doutora	TIDE	-
Fabiana Postiglione Mansani	Doutora	TIDE	-



2.13 Dados sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE

Docentes componentes do NDE	Titulação	Regime de trabalho	Tempo de exercício no NDE
Fabiana Bucholdz Teixeira Alves	Doutora	TIDE	-
Carolina S.T. Fonseca	Doutora	TIDE	-
Eliane de Fátima Rauski	Mestre	TIDE	-
Rosana de Castro Casagrande	Doutora	TIDE	-

3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Apresentação do Curso

Este Projeto Político Pedagógico tem por finalidade articular as ações de formação profissional em Gestão Hospitalar na modalidade a Distância, de acordo com o que preceitua o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de nível tecnológico e a missão da Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG de ofertar cursos de graduação, gratuitos, e que primem pela qualidade de ensino, atendendo também ao cidadão que, muitas vezes, já inserido no mercado de trabalho, sente a necessidade de ampliar seus conhecimentos teórico-práticos, objetivando um melhor desempenho profissional e melhor qualidade no serviço prestado.

A criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar representa um marco histórico para esta Instituição de Ensino e para o Hospital Universitário Regional assumem o papel de formadores de recursos humanos nas áreas de gestão em saúde.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar segue as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no que diz respeito ao plano de metas e ações da instituição, que orienta a construção de projetos pedagógicos comprometidos com suas bases conceituais, sua missão, seus objetivos e seus princípios norteadores. Sob a perspectiva de inovação, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar contribuirá para a formação de profissionais cômicos da responsabilidade de formular e implementar estratégias que assegurem a eficiência, a eficácia e a competitividade das organizações hospitalares no Estado do Paraná.

Assim, a UEPG cumpre o seu papel, no que se refere ao aumento da oferta de cursos e, portanto, de vagas gratuitas para a comunidade, como forma de atender a demanda existente para o nível superior.

Ao escolher a modalidade a distância oportuniza que pessoas já inseridas no mercado de trabalho possam graduar-se, uma vez que os conceitos de tempo e espaço se adequam às necessidades do discente que precisará, sobretudo, ter autonomia, de modo a gerenciar seu próprio aprendizado.

3.2 Justificativa

O processo de globalização em curso no mundo do terceiro milênio deixa cada vez mais evidente o valor praticamente incomensurável da informação e da capacidade de criá-la, de geri-la e dela se aproveitar para a criação de riquezas e promover o bem estar social.

As organizações hospitalares, face sua importância junto à sociedade, provocam repercussões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Atualmente, a capacidade das organizações hospitalares – públicas e privadas – de empregar seus recursos de forma mais eficiente e eficaz não somente influencia diretamente seus resultados como também afeta sua capacidade de sobrevivência no mercado.

Os modelos de gestão hoje aplicados às organizações hospitalares têm sido incapazes de acompanhar a evolução pela qual passam tais organizações, seja na área tecnológica, seja na gerencial ou, ainda, quanto à regulação estatal/mercadológica, que busca um atendimento de qualidade com baixo custo.



Para adequar-se a essas mudanças, a administração das organizações hospitalares vem evoluindo da simples integração e do simples funcionamento de seus subsistemas operacionais para um processo mais complexo de diagnósticos e análises gerenciais.

O custo crescente dos procedimentos, a incorporação contínua de tecnologia de ponta e a demanda por qualidade de serviços têm obrigado as instituições a selecionar recursos humanos com grau de conhecimento especializado maior a cada instante, tornando necessária a formação de seus colaboradores em todo território nacional.

A velocidade do desenvolvimento das inovações exige que se tenha nos quadros de pessoal responsável pela gestão de uma unidade hospitalar profissionais com formação específica. Portanto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar vem ao encontro dessa demanda por pessoal especializado, – e com grau superior de conhecimento técnico – formando profissionais que acumulam conhecimentos básicos na gestão de empresas especializadas na área da saúde, sendo um meio efetivo de inserção de novos e qualificados profissionais no mercado de trabalho local, regional e nacional.

3.3 Objetivo Geral do Curso

Formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades próprias do Gestor Hospitalar com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

Gerencia processos de trabalho, sistemas de informação, recursos humanos, recursos materiais e financeiros em saúde. Coordena o planejamento estratégico das instituições de saúde. Organiza fluxos de trabalho e Informações. Estabelece mecanismos de controle de compras e custos. Estrutura áreas de apoio e logística hospitalar. Supervisiona contratos e convênios. Gerencia a qualidade dos serviços e os indicadores de desempenho na gestão de organizações de saúde. Desenvolve programas de ampliação e avaliação de tecnologias em saúde. Vistoria, avalia e elabora parecer técnico em sua área de formação.

3.5 Campos de Atuação

Clínicas, hospitais, laboratórios, serviços de diagnóstico e outras empresas prestadoras de serviço em saúde.

Empresas de serviços de apoio e logística hospitalar.

Empresas operadoras de serviços de saúde e cooperativas de saúde.

Empresas que comercializam insumos médico-hospitalares.

Institutos e Centros de Pesquisa.

Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

3.6 Integração Graduação e Pós-Graduação

Há possibilidade, nos moldes dos editais de Iniciação científica da PROPESP.

3.7 Mobilidade acadêmica e internacionalização

Há possibilidade, nos moldes dos editais ou projetos do Escritório de Relações Internacionais.

3.8 Extensão como Componente Curricular

A extensão nos processos formativos das Universidades é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade,



por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

No âmbito do Curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar a atividade de extensão se fundamenta no perfil desejado do formando, que visa capacitação e aptidão para compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômico-financeiras, políticas, ambientais, culturais e humanas das organizações hospitalares públicas para sua administração, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão.

Está previsto na Matriz Curricular a oferta de 4 (quatro) disciplinas de extensão, denominadas EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (I, II, III e IV) APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, com carga horária total de 256 horas.

3.9 Flexibilização Curricular

Não se aplica

3.10 Atendimento aos Temas Transversais

Os temas relacionados ao meio ambiente, direitos humanos, diversidade, gênero e relações étnico-raciais serão tratados nas disciplinas específicas de logística, gestão de pessoas, ética, políticas públicas e também podem ser tratados pelas atividades extensionistas previstas.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação do Curso

Realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

4.2 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar aprovado pela Instituição

Res. UNIV nº 12 de 22/06/2017:

Art. 63-A. A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância compreende:

- a) a apuração da frequência às atividades presenciais;
- b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual e de prova presencial.

§ 1º A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades presenciais, excetuando-se a prova presencial, na qual a frequência é obrigatória.

§ 2º Para fins de verificação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores que variam de zero (0,0) a dez (10,0).

§ 3º O processo avaliativo dos cursos na modalidade a distância compreende a avaliação processual e a prova presencial, que se realizarão na seguinte forma:

- a) a avaliação processual de cada disciplina, cujo valor total é dez (10,0), numa escala de zero (0,0) a dez (10,0), será realizada por meio de seminário presencial, com valor total dois (2,0), e de atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, com valor total oito (8,0), por meio de instrumentos variados. Essa sistemática de avaliação deve estar prevista no sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso;
- b) ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial, de caráter obrigatório, cujo valor total é dez (10,0).



§ 4º O resultado do rendimento escolar da disciplina será obtido mediante a aplicação da média aritmética (MA), calculada a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. Ficarão dispensados do exame final da disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), que será considerada a nota final de aprovação na disciplina.

§ 5º Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre dois e meio (2,5) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações.

§ 6º Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito à reprovação.

Art. 63-B. O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre.

§ 1º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem, será obtido na forma seguinte:

I - Média aritmética simples da avaliação processual e prova presencial:

$$NF = \frac{AP + PP}{2}$$

- a) Nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;
- b) Nota final inferior a dois e meio (2,5) = REPROVAÇÃO DIRETA;
- c) Nota final de dois e meio (2,5) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL;

II - Média aritmética simples da avaliação processual, da prova presencial e da nota de exame final:

$$NF = \frac{AP + PP + NEF}{3}$$

- a) Nota final de cinco (5,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;
- b) Nota final de um e seis (1,6) a quatro e nove (4,9) = REPROVADO.

onde:

NF = nota final AP = avaliação processual PP = prova presencial NEF = nota do exame final.

Art. 63-C. O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a promoção por semestre e a aprovação por disciplina.

§ 1º Será promovido ao semestre seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas do semestre em que se encontra matriculado, admitindo-se ainda, a promoção com dependência em até duas disciplinas.

§ 2º Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete ou nota igual ou superior a cinco (5,0), após a realização do exame final.

Art. 63-D. Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito a reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado e impedido de promoção ao semestre seguinte o acadêmico que reprovar em mais de duas disciplinas do semestre em que se encontra matriculado.

§ 2º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) obtiver média inferior a dois e meio (2,5);
- b) obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a realização do Exame final;



- c) não obter o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades presenciais;
- d) não comparecer à prova presencial.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estruturação da Matriz Curricular do Curso foi baseada na Resolução CNE/CP Nº 01/2021, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

A sua organização curricular, segundo as Diretrizes, deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético da instituição com os seus alunos e a sociedade.

A Matriz Curricular do Curso é estruturada em 6 módulos, de modo a oferecer uma progressão na especificidade dos saberes, em áreas fundamentais da gestão Hospitalar, incluindo as horas destinadas à Curricularização da Extensão.

A extensão nos processos formativos das Universidades é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

No âmbito do Curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar a atividade de extensão também se fundamenta no perfil desejado do formando, que visa capacitação e aptidão para compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômico-financeiras, políticas, ambientais, culturais e humanas das organizações hospitalares públicas para sua administração, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão.

5.1 DISCIPLINAS INTEGRANTES DO CURRÍCULO PLENO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Ética profissional, sociedade e cidadania	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Fundamentos da Administração	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão do Estado	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	404 Economia	Cenário Micro e Macro Econômico	1ª	1º	-	51
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	203 Informática	Informática Aplicada ao Setor de Saúde	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Introdução à Educação a Distância	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	405 Serviço Social	Políticas Públicas e Sociedade	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária I Aplicada às Instituições Públicas	1ª	1º	100	51
Carga horária total do semestre						435



Setor de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito e Legislação na Saúde	1ª	2º	-	90
Setor de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito Administrativo	1ª	2º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Organização e Planejamento em Saúde	1ª	2º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração e Gestão de Projetos	1ª	2º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Materiais Médicos e não Médicos e Logística na Saúde	1ª	2º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração do Orçamento Público	1ª	2º	-	51
Carga horária total do semestre						423
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Auditoria e Faturamento	2ª	3º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Compras Públicas – Licitação	2ª	3º	-	100
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Execução Financeira	2ª	3º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Custos Aplicada à Saúde	2ª	3º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Prevenção e Biossegurança em Serviços de Saúde	2ª	3º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária II Aplicada às Instituições Públicas	2ª	3º	100	60
Carga horária total do semestre						421
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Comunicação Empresarial	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Controladoria na Gestão Hospitalar	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Tecnologia da Informação em Saúde	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Relações Humanas	2ª	4º	-	60
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Infraestrutura e Manutenção Hospitalar	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	408 Turismo	Gestão da Hotelaria Hospitalar	2ª	4º	-	80
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária III Aplicada às Instituições Públicas	2ª	4º	100	65
Carga horária total do semestre						427
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Marketing Hospitalar	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema de Acreditação Hospitalar	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema Gerencial de Escalas	3ª	5º	-	51



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.50

FL. 11 DE 40

Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Pessoas em Organizações Hospitalares	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Gestão da Qualidade na Saúde	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	301 Farmácia	Farmácia Hospitalar	3ª	5º	-	51
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Segurança e Saúde no Trabalho	3ª	5º	-	51
Carga horária total do semestre						384
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão Participativa e os Modelos de Atenção à Saúde	3ª	6º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	310 Saúde Pública	Gestão da Vigilância na Saúde	3ª	6º	-	51
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar	3ª	6º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC	3ª	6º	-	34
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária IV Aplicada às Instituições Públicas	3ª	6º	100	80
Carga horária total do semestre						315
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO						2405

OBS: a hora aula do curso será de 60 minutos

5.2 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Ética profissional, sociedade e cidadania	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Fundamentos da Administração	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão do Estado	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	404 Economia	Cenário Micro e Macro Econômico	1ª	1º	-	51
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	203 Informática	Informática Aplicada ao Setor de Saúde	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Introdução à Educação a Distância	1ª	1º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	405 Serviço Social	Políticas Públicas e Sociedade	1ª	1º	-	60
Setor de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito e Legislação na Saúde	1ª	2º	-	90
Setor de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito Administrativo	1ª	2º	-	90



Total de Carga Horária	564
-------------------------------	------------

5.3 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Organização e Planejamento em Saúde	1ª	2º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração e Gestão de Projetos	1ª	2º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Materiais Médicos e não Médicos e Logística na Saúde	1ª	2º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração do Orçamento Público	1ª	2º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Auditoria e Faturamento	2ª	3º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Compras Públicas – Licitação	2ª	3º	-	100
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Execução Financeira	2ª	3º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Custos Aplicada à Saúde	2ª	3º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Prevenção e Biossegurança em Serviços de Saúde	2ª	3º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Comunicação Empresarial	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Controladoria na Gestão Hospitalar	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Tecnologia da Informação em Saúde	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Relações Humanas	2ª	4º	-	60
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Infraestrutura e Manutenção Hospitalar	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	408 Turismo	Gestão da Hotelaria Hospitalar	2ª	4º	-	80
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Marketing Hospitalar	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema de Acreditação Hospitalar	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema Gerencial de Escalas	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Pessoas em Organizações Hospitalares	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Gestão da Qualidade na Saúde	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	301 Farmácia	Farmácia Hospitalar	3ª	5º	-	51



Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Segurança e Saúde no Trabalho	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão Participativa e os Modelos de Atenção à Saúde	3ª	6º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	310 Saúde Pública	Gestão da Vigilância na Saúde	3ª	6º	-	51
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar	3ª	6º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC	3ª	6º	-	34
Total de Carga Horária						1585

5.4 DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO E APROFUNDAMENTO

Não se aplica.

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais- Libras conforme Resolução CEPE nº 15 de 15/04/2014 é obrigatória para cursos de Graduação Bacharelado e Licenciatura, não se aplicando aos Tecnólogos.

5.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Opção de não realização.

5.6 DISCIPLINAS COM AULAS PRÁTICAS, EXPERIMENTAIS E/OU LABORATORIAIS

Não se aplica.

5.7 EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

5.7.1 Disciplinas:

	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	% Ext	CH
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária I Aplicada às Instituições Públicas	1ª	1º	100	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária II Aplicada às Instituições Públicas	2ª	3º	100	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária III Aplicada às Instituições Públicas	2ª	4º	100	65
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária IV Aplicada às Instituições Públicas	3ª	6º	100	80
Total de Carga Horária						256

5.7.2 Outras atividades curriculares de Extensão

Não há.



CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO DIVERSAS (NÃO CODIFICADAS NO CURSO)	–
CARGA HORÁRIA TOTAL DA EXTENSÃO	256
PORCENTAGEM DE CH DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	10.6%

* Mínimo de 10% da CH Total do Curso conforme Res. CNE/CES 7/2018

5.8 Disciplinas na Modalidade de Educação a Distância

5.8.1 Disciplinas

	CÓDIGO	DISCIPLINA	SÉRIE	SEMESTRE	%Ext	CH
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Ética profissional, sociedade e cidadania	1ª	1º	-	51
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Fundamentos da Administração	1ª	1º	-	60
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão do Estado	1ª	1º	-	51
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	404 Economia	Cenário Micro e Macro Econômico	1ª	1º	-	51
Sector de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	203 Informática	Informática Aplicada ao Setor de Saúde	1ª	1º	-	60
Sector de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Introdução à Educação a Distância	1ª	1º	-	51
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	405 Serviço Social	Políticas Públicas e Sociedade	1ª	1º	-	60
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária I Aplicada às Instituições Públicas	1ª	1º	100	51
Carga horária total do semestre						435
Sector de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito e Legislação na Saúde	1ª	2º	-	90
Sector de Ciências Jurídicas	603 Direito	Direito Administrativo	1ª	2º	-	90
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Organização e Planejamento em Saúde	1ª	2º	-	51
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração e Gestão de Projetos	1ª	2º	-	51
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Materiais Médicos e não Médicos e Logística na Saúde	1ª	2º	-	90
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Elaboração do Orçamento Público	1ª	2º	-	51
Carga horária total do semestre						423
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Auditoria e Faturamento	2ª	3º	-	90
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Compras Públicas – Licitação	2ª	3º	-	100
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Execução Financeira	2ª	3º	-	60
Sector de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Custos Aplicada à Saúde	2ª	3º	-	60



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.50

FL. 15 DE 40

Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Prevenção e Biossegurança em Serviços de Saúde	2ª	3º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária II Aplicada às Instituições Públicas	2ª	3º	100	60
Carga horária total do semestre						421
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Comunicação Empresarial	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Controladoria na Gestão Hospitalar	2ª	4º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão da Tecnologia da Informação em Saúde	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Relações Humanas	2ª	4º	-	60
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Infraestrutura e Manutenção Hospitalar	2ª	4º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	408 Turismo	Gestão da Hotelaria Hospitalar	2ª	4º	-	80
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária III Aplicada às Instituições Públicas	2ª	4º	100	65
Carga horária total do semestre						427
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Marketing Hospitalar	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema de Acreditação Hospitalar	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Sistema Gerencial de Escalas	3ª	5º	-	51
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão de Pessoas em Organizações Hospitalares	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	309 Enfermagem	Gestão da Qualidade na Saúde	3ª	5º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	301 Farmácia	Farmácia Hospitalar	3ª	5º	-	51
Setor de Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia	201 Engenharia Civil	Segurança e Saúde no Trabalho	3ª	5º	-	51
Carga horária total do semestre						384
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Gestão Participativa e os Modelos de Atenção à Saúde	3ª	6º	-	60
Setor de Ciências Biológicas e da Saúde	310 Saúde Pública	Gestão da Vigilância na Saúde	3ª	6º	-	51
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes	509 Pedagogia	Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar	3ª	6º	-	90
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC	3ª	6º	-	34
Setor de Ciências Sociais Aplicadas	403 Administração	Extensão Universitária IV Aplicada às Instituições Públicas	3ª	6º	100	80



	Carga horária total do semestre	315
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2405
OBS: a hora aula do curso será de 60 minutos		

5.8.2 Carga Horária

CARGA HORÁRIA TOTAL EAD	2405
PORCENTAGEM DE CARGA HORÁRIA EAD EM RELAÇÃO À CH TOTAL DO CURSO	100%

5.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES OU ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS

Não há previsão.

5.10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá totalizar 34 horas, sendo a disciplina de OTCC pensada enquanto complementar da disciplina de Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar e outras disciplinas, visando uma melhor adaptação do currículo.

Baseado nos conceitos, metodologias e práticas discutidas durante o curso, deverá contemplar:

- A dimensão de interdisciplinaridade, ainda que dentro do campo de estudos da Gestão Pública;
- A aproximação da atividade profissional aos estudos acadêmicos, visando a futura atuação profissional no contexto das organizações de saúde pública no Estado do Paraná;
- A oportunidade de aprofundar o relacionamento dinâmico teoria/prática desenvolvido ao longo dos estudos do curso;
- A introdução à vivência profissional, em campo de gestão hospitalar e em verdadeiro ambiente de trabalho e atividade social neste ambiente.

O Trabalho de Conclusão de Curso superior de Tecnologia em Gestão Hospitalar – modalidade a distância, a ser realizado pelos alunos e visando a abordagem da capacitação descritiva, analítica e crítica, deverá apresentar como características:

I - A ação da pesquisa caracterizada na revisão teórica, em fundamentação ao objeto de investigação do aluno;

II - As ações de diagnóstico, descrição e interpretação de situações e propostas de intervenção, em fundamentação ao objeto de trabalho do aluno.

5.10.1 Carga Horária de Supervisão do TCC

ANO	CURRÍCULO VIGENTE	NOVO CURRÍCULO
*2026	-	5.100 (150 alunos x 34h)

*Ano de vigência da disciplina OTCC.

6. ATENDIMENTO A LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

• RESOLUÇÃO CEPE Nº 043, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015. Aprova Novo Regulamento para Cursos Superiores de Tecnologia, Modalidade EAD, da UEPG.

• RESOLUÇÃO UNIV Nº 011, DE 22 DE JUNHO DE 2017. Aprova Normas Gerais para Elaboração e Análise de Propostas de Novos Currículos e/ou Adequação Curricular dos Cursos Superiores de Graduação Presenciais e a Distância, da UEPG.

• RESOLUÇÃO UNIV Nº 012, DE 22 DE JUNHO DE 2017. Altera o Regimento Geral da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no que se refere à Operacionalização da Avaliação do Rendimento Escolar.

• RESOLUÇÃO CEPE Nº 006, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Aprova Regulamento da Curricularização da Extensão Universitária na UEPG.



• DELIBERAÇÃO CEE/PR Nº 02/15, De 13 DE ABRIL DE 2015. Dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

• DELIBERAÇÃO Nº 04/13, aprovada em 12 de novembro de 2013, Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal Nº 9.795/1999, Lei Estadual Nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP Nº 02/2012.

7. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

7.1 DISCIPLINAS DE 1º SEMESTRE

ÉTICA PROFISSIONAL, SOCIEDADE E CIDADANIA

Conceitos de Ética Geral. Importância da conduta Ética na Gestão da Saúde. Perfil do Gestor na verificação e aplicação de Recursos Públicos. Cuidados no exercício das Atividades do Estado e do Governo. Execução dos trabalhos no processo de relacionamento com as atividades privadas. Atitudes e Postura Ética. Aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais para uma postura ativa, proativa e ética no mundo do trabalho. A origem da cidadania e sua ligação com a política; a ética profissional; a ética e a Globalização, as novas tecnologias, a democracia, economia e o capitalismo, valorização da alteridade x discriminação.

Bibliografia

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papyrus, 1996.
NEDEL, José. Ética aplicada: pontos e contrapontos. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
SINGER, Peter. Ética prática. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
SMITH, Paul. Filosofia moral e política: principais questões, conceitos e teorias. São Paulo: Madras, 2009.
VALLS, Álvaro. Da ética à bioética. Petrópolis: Vozes, 2004.

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

As Megatendências para o próximo milênio e os paradoxos globais: os impactos sobre as empresas. A evolução das eras empresariais: Da Era da Produção em Massa à Era da Competitividade. A emergência da Sociedade do Conhecimento: a Era do Capital Humano e Intelectual. O esgotamento dos modelos tradicionais de administração: do “Fordismo” ao “Toyotismo”. A emergência dos novos modelos de gestão empresarial. Gestão Holística: a “visão do todo” da organização. Corporação Virtual: a organização horizontal baseada nas relações de parceria e na tecnologia da informação. Gestão do Conhecimento: os ativos intangíveis. Gestão Ágil.

Bibliografia

BETHLEM, Agrícola. Estratégica empresarial: conceitos, processo e administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1988.
MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.
MOTTA, Paulo Roberto. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
NADLER, David; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert e associados. Arquitetura organizacional. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
VASCONCELOS, Flávio; VASCONCELOS, Isabella (orgs). Paradoxos organizações: uma visão transformacional. São Paulo: Thomson, 2004.
WHITTINGTON, Richard. O que é estratégia. São Paulo: Thomson, 2001.



GESTÃO DO ESTADO

Estado Democrático de Direito; Governabilidade e Governança do Estado; Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. O Estado Brasileiro. Administração Pública X Administração Privada; Planejamento Estratégico no Setor Público; Escolas de Governo; Principais conceitos de Planejamento Estratégico. Governança no Setor Público. Análise ambiental externa e interna das empresas públicas e privadas. Aplicação das Estratégias nas diversas áreas Organizacionais. Modelos para sua operacionalização. Elaboração de um plano piloto para o Setor Público.

Bibliografia

- ARRAES, Ronaldo A. E BARRETO, Ricardo C.S. Capital social, políticas públicas e desenvolvimento Econômico, UFC, Fortaleza, 2003, p. 17.
- AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 32ª Edição. São Paulo, Globo, 1994.
- BAQUERO, Marcello (org.). Reinventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Universidade, 2001b. p. 208.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Ed. 4ª.
- BOBBIO, N. Estado Governo e Sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- _____. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHÂTELLET, François; DUHAMEL, Olivier e PISIER-KROUCHENER, Evelyne. História das Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 399.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 19ª Ed. p. 108. São Paulo: Saraiva, 1995.
- DINIZ, E. & AZEVEDO, S. de (orgs.). Reforma do Estado e Democracia no Brasil. Brasília: UNB, 1997.
- FAORO, R. Os donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1984.
- FISCHER, R. M. e FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. In: Revista de Administração, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar., 1998.
- GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: Dicionário de Política. Brasília: UNB, 1991.
- IANNI, O. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- JUNQUEIRA, Luciano A. P. Gestão das políticas sociais e o terceiro setor. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (2001: Campinas). Anais ... Gestão Pública e Governança. Rio de Janeiro: ANPAD, 10p. (CD-ROM).
- MELLO, S. C. Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo. São Paulo: FAPESP-Anablume, 2003.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. Liberalismo e Neoliberalismo – Uma Introdução Comparativa. Primeira Versão n.73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997.
- NAZZARI, Rosana Katia. Enfoque Corporativista na Teoria Política. In: Rosana Kátia Nazzari. (Org.). Temas de Ciência Política. 1º ed. Cascavel, 2004, v. 1, p. 169-190.
- PRZEWORSKI, A. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- PUTMAN, Robert D. Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996 p 260.
- SAES, Décio. Democracia. São Paulo: Ática, 1987.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2003.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- TOURRAINE, Alain. O que é a democracia? Petrópolis: Vozes, 1996.

CENÁRIO MICRO E MACRO ECONÔMICO



Conceitos de ciência econômica, definições de mercado, bens, moeda, sistema econômico e suas formas na história. Ambiente micro e macroeconômico (determinação da renda, o impacto das questões políticas, sociais e de direitos humanos nas políticas econômicas e com a integração econômica internacional), fatos econômicos externos às empresas, mercados aos quais estão inseridas, deixando o aluno apto a aplicar os conhecimentos em situações de análise de mercado, construção de projetos e programas econômicos e financeiros, dando parecer voltados para a aplicação de investimentos. Demanda, oferta, equilíbrio para tomadas de decisão no ambiente organizacional.

Bibliografia

ARAÚJO, Luís Augusto Cenários econômicos / Luís Augusto Araújo. - Florianópolis: IFSC, 2014. 105 p.: il.

INFORMÁTICA APLICADA AO SETOR DE SAÚDE

Introdução a Informática. Noções de hardware e de software. Sistema operacional. Segurança em informática. Editores de Textos. Planilhas Eletrônicas. Softwares de Apresentações. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo. Pesquisa acadêmica. Aplicativos usados na Gestão Hospitalar.

Bibliografia

COX, Joyce. Microsoft office word 2007: passo a passo. Porto Alegre: Bookman, 2007. 405 p. ISBN 85-7780-032-2.

FRYE, Curtis. Microsoft Office Excel 2007 Rápido e Fácil. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LAGO, K. Excel de A até XFD. São Paulo: DATAB, 2019.

LIBREOFFICE The Document Foundation. Documentação em português, [S.l.]. Disponível em: Acesso em: 08 de dez. de 2021.

MORAZ, Eduardo. Crie planilhas profissionais em excel: guia prático para iniciantes e avançados. São Paulo: Digerati Comunicação e Tecnologia, c2005. 128 p. ISBN 85-7702-014-2

PINA, J. A. Como Fazer Apresentações em 10 Etapas. São Paulo: PACTOR, 2014.

TORRES, G. Montagem de Micros Para autodidatas, Estudantes e Técnicos (e-Book). Clube do Hardware. 3ª. Ed. RJ: Clubedohardware.com.br. 3ª. Edição.

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Histórico, características, definições e regulamentação da Educação a Distância no Brasil. Ambiente virtual de aprendizagem. Sujeitos da EaD: aluno, professor e tutor. Metodologia e avaliação na EaD.

Bibliografia

BACICH, L.; MORAN, J. (Org). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

COSTA, M. L. C.; ZANATTA, R. M. Educação a distância no Brasil: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: EDUEM, 2014.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 21ª ed. Campinas: Papyrus, 2013.

LITTO, F. M. Aprendizagem a distância. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

SILVA, A. R. L.; SPANHOL, F. J. Design educacional para gestão de mídias do conhecimento. São Paulo: Paco, 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

A análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil.



Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

Bibliografia

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos FUNDAP - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Yves e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.



PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic Methods of Policy Analysis and Planning. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I APLICADA A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Contextos e Cenários da Extensão Universitária. Leis regulamentares e Normas Institucionais. Diagnostico junto à Comunidade externa: Levantamento de informações junto a organizações Públicas de Saúde e ONGs para o desenvolvimento de atividades extensionistas. Organização e execução de atividades extensionistas conforme projeto proposto pelo professor da disciplina. Avaliação das atividades realizadas na disciplina.

Bibliografia

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6.

7.2 DISCIPLINAS DE 2º SEMESTRE

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SAÚDE

Planejamento em Saúde: processo histórico, conceitos, características e componentes do processo. Momentos do planejamento: explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. Fases do Planejamento Estratégico: diagnóstico estratégico. Análise da ambiência interna e externa; Identidade organizacional: missão, valores e visão de futuro. Estratégias, diretrizes e políticas. Desenvolvimento de cenários. Elaboração e implementação do processo de planejamento estratégico institucional e setorial. Indicadores e parâmetros para planejamento da capacidade instalada de unidades de saúde. Planejamento e desempenho organizacional. Instrumentos de organização e métodos. Análises de casos de planejamento estratégico em organizações de saúde públicas e privadas.

Bibliografia

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento estratégico. 3º reimpr., Ed. Campus- Elsevier. Rio de Janeiro .2003.

BORBA, V. R. Do Planejamento ao controle de Gestão Hospitalar. 1 ed. Qualitymark.2006.

Oliveira, Djalma de Pinto Rebouças de. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas. 21ª ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

KANAANE, R.; FIEL, F. A.; FERREIRA, M. G. Gestão pública – Planejamento, Processos, Sistema de Informação e Pessoas. 1 ed. Atlas. 2010.



BOHMER, R. M. J. Arquitetura e Planejamento na Gestão de saúde: alinhando o conhecimento médico administração do Sistema de saúde. 1 ed. Bookman Companhia ed. 2011.

ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Estrutura conceitual de Orçamento Público. Orçamento como um sistema. Estrutura do sistema orçamentário. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira: Fase da Execução do Orçamento: empenho, liquidação e pagamento. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Bibliografia

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília – DF, 05 maio 2000. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 27 março. 2002.

BURKHEAD, Jesse. Orçamento público. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1971.

CAMPELLO, Carlos A.G.B., e MATIAS, A. Borges. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO JR., J. T.; REIS, H da C. A lei 4320 comentada. 33. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. Reinventando o governo. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PEREIRA, José Matias. Finanças públicas – a política orçamentária no Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VILLAÇA, Sérgio P. Vieira; CAMPOS, Sílvia Butters. Elaboração do plano plurianual – Caderno 3. IBAM: Rio de Janeiro, 2001.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Manual de elaboração - O passo a passo da Elaboração do PPA para municípios. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2 ed., 2005, Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 27 março. 2005.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. Lei orçamentária anual - Manual de Elaboração. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2001, Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 maio. 2001.

SANCHES, Osvaldo Maldonado, Dicionário de orçamento e planejamento e áreas afins. Brasília: Prisma, 1997.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, Nuria C. (Org.). O público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 11 ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

MISHAN, E. J. Elementos de análise de custos e benefícios. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MUSGRAVE, R; MUSGRAVE, P B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2. ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.

PYHRR, P A. Orçamento base zero. Rio de Janeiro: Interciência; São Paulo: Edusp, 1981. Normas e Resoluções da IES.

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS



Conceitos, metodologia de análise, elaboração e implementação de projetos empresariais, atuando com uma percepção crítica direcionada para identificação de oportunidades de negócios. O estudante estará capacitado também para analisar os métodos de avaliação de projetos, verificando sua viabilidade através da análise de mercado, bem como poderá atuar na elaboração de projetos estratégicos fundamentados em avaliações econômicas e financeiras internas e externas às organizações. As competências adquiridas pelo estudante permitirão que ele desenvolva suas atividades considerando as novas tecnologias de gestão e produção.

Bibliografia

WOILER, Sansão; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração, análise. São Paulo: Atlas, 2008.

HIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Modelagem de projetos. São Paulo: Atlas, 2008.

VALERIANO, Dalton L. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Pearson, 2005.

ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projetos, TCC, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2011.

GRIGOLLI, A.A.G. Metodologia do trabalho científico e recursos informacionais na área da saúde. São Paulo: Santos, 2008.

CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho. São Paulo: Atlas, 2010.

ALLSOP, Judith; SAKS, Mike. Pesquisa em saúde: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. São Paulo: Roca, 2011.

GESTÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E NÃO MÉDICOS E LOGÍSTICA NA SAÚDE

Estudo dos conceitos, ferramentas e técnicas fundamentais para o gerenciamento de materiais, compras, logística e cadeia de suprimentos. Gestão de materiais não médicos: planejamento de uso e consumo, controle de entradas e saídas, cálculo de necessidades, gestão de estoques e arranjo físico, integração de sistemas, custos e racionalização, responsabilidades na gestão de materiais. Gestão patrimonial; Logística: planejamento logístico, controle logístico, distribuição física. avaliar e planejar ações que visem a gestão do estoque e o abastecimento de suprimentos no âmbito das atividades hospitalares, considerando a legislação aplicável; desenvolver e executar a gestão da cadeia de suprimentos, desde a aquisição dos materiais e suprimentos até o correto descarte dos mesmos.

Bibliografia

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Projeto REFORSUS Equipamentos Médico-Hospitalares e o Gerenciamento da Manutenção: capacitação a distância / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde, Projeto REFORSUS. – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

Garcia SD, Haddad MCL, Dellaroza MSG, Costa DB; Miranda JM. Gestão de material médico-hospitalar e o processo de trabalho em um hospital público. Rev Bras Enferm, Brasília; 2012. Mar - abr.; p.65(2): 339-46.

Medeiros SER, Lagioia UCT, Falk JA, Filho JFR, Libonati JJ, Maciel CV, et al. Logística hospitalar: um estudo sobre as atividades do setor de almoxarifado em hospital público. Rev. Adm. UFSM. Janeiro/Abril 2009. Santa Maria, v.2, n.1, p. 59 - 79.

BALLOU, Ronald H. 1993. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas.

BERTAGLIA. Paulo Roberto. 2003. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Abastecimento. São Paulo: Saraiva.

CHRISTOPHER, Martin. 2007. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. Criando Redes que Agregam Valor. São Paulo: Thomson Learning.



MARTINS, Petrônio Garcia., ALT, Paulo Renato Campos. 2000. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva.

NOVAES, Antônio Galvão N. 1994. Logística aplicada: suprimentos e distribuição física. São Paulo:

Pioneira.

SIMCHI-LEVI, D.; KAMINSKY, P.; SIMCHI-LEVI, Ed. Cadeia de Suprimentos Projeto e Gestão: conceitos, estratégias e estudos de caso. Porto Alegre, Bookman, 2010.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo. Atos administrativos. Organização administrativa. Serviço público. Licitação. Contratos administrativos

Bibliografia

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado, 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. Rio-São Paulo: Forense, 2002.

GORDILLO, Agustin. Princípios gerais de Direito público. São Paulo: RT. 1977.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Forense, 2000.

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001.

ELLIOT, Kimberly Ann (Org.). A corrupção e a economia mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO — I ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 2001, Brasília. Anais do Seminário, Brasília: CEP/PR, 2001.

FLEISCHER, David. Financiamento de campanhas políticas. In: PEDONE, Luiz (Ed.). Sistemas eleitorais e processos políticos comparados: a promessa de democracia na América Latina e Caribe. Brasília: OAS/UnB/CNPq, 1993. p. 243-259.

JARDIM, J. M. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

SILVA, M. F. Gonçalves da. A economia política da corrupção. São Paulo: Transparência Brasil, 2001.

DIREITO E LEGISLAÇÃO NA SAÚDE

Origem e evolução da Seguridade Social no Brasil. Princípios que regem a Seguridade Social no Brasil. O Direito à saúde: o Sistema Único de Saúde, objetivos, organização, competência e atribuições, prestação de serviços de saúde. Modelos assistenciais de saúde no Brasil. Programas de Saúde e atuação do SUS.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária executiva. Coordenação de Apoio a Gestão Descentralizada.

Diretrizes Operacionais Básicas para os Pactos pela vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília, 2006.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Normas Operacionais Básicas de Saúde - NOB'S/SUS/96.

Neves, José Roberto de Castro, Uma introdução ao direito civil: parte geral. ed. 3. Rio de Janeiro: GZ ed., 2011. 240p.

LAVOR, Adriano et al. A Saúde em Construção. Revista RADIS – Comunicação em Saúde. 104, abr. 2011.

SOPHIA, D. Normas Operacionais: o que são? Como funcionam? Revista Radis - Comunicação em Saúde. 5, dez. 2002.



- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 18. ed. ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. 2. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de Direito Constitucional. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1990.
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. I e II.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

7.3 DISCIPLINAS DE 3º SEMESTRE

AUDITORIA E FATURAMENTO

Faturamento Hospitalar SUS: Entendimento da Tabela SIGTAP-SUS; Interpretação de dados descritivos e conversão para códigos faturáveis (Materiais e procedimentos); SADT; honorários médicos, Códigos de Exames; Faturamento Hospitalar Convênios. Contratos e tabelas hospitalares: AMB; CBHPM, BRASÍNDICE, SIMPRO, TUSS); Aspectos de Auditoria Concorrente e Retrospectiva. Índices de glosa hospitalar (glosa administrativa, glosa técnica, glosa linear). Manual da ANS e seus prazos; Procedimentos de Saúde - DUT. Verificação de dados da Conta do paciente; Controles de análises: Análise do centro cirúrgico; Análise da Unidade de internação. Análise das diárias faturáveis, Controle OPMEs (contratos, controle de saldos, processos de compras, saídas e controles dentro do Centro Cirúrgico). Novas perspectivas, legislação e métodos de controle de arquivamento do SAME (Serviço de Arquivo Médico e Estatística) e a Lei Geral de Proteção De Dados - LGPD (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Bibliografia

Brasil. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde/ Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação – 2017 SIH – Sistema de Informação Hospitalar do SUS: Manual Técnico Operacional do Sistema 103 Páginas.

PORTARIA No- 288, DE 1 DE ABRIL DE 2015 - Altera, acresce e revoga dispositivos da Portaria no 10/SAS/MS, de 6 de janeiro de 2014, que inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS) o procedimento Sequencial em Ortopedia.

RESOLUÇÃO CFM 1614/01

RESOLUÇÃO COFEN 266/01

LEI 9656/98

COMPRAS PÚBLICAS – LICITAÇÃO

Conceito e fundamento legal; Princípios aplicáveis; Modalidades de licitação; Peculiaridades das modalidades tradicionais e modalidade pregão (eletrônico e presencial); Escolha da modalidade; Procedimento da licitação: modalidades tradicionais e modalidade pregão (eletrônico e presencial); Fase interna e fase externa; Peculiaridades do instrumento convocatório: carta-convite e edital; A Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações na Lei Complementar 147/14; Tipos de licitação; Termo de referência; Sistema de registro de preços; Saneamento de falhas; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação;



Formalização do procedimento administrativo na contratação direta; Anulação; revogação e homologação da licitação; Recursos administrativos; Contratos Administrativos (Gestão e fiscalização da execução do objeto contratual; Responsabilidades do gestor e do fiscal do contrato, prestação de contas e registro de bens); contratações de serviços de TI. Lei Federal 14.133 de 01.04.21. GMS - Sistema de Gestão de Materiais e Serviços.

Bibliografia

- _____. Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui a modalidade pregão para licitações. Diário oficial [da] República
- _____. Licitação e contrato administrativo. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BRASIL. Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos na administração pública. CRETELLA JUNIOR, J. Das licitações públicas. São Paulo: Forense Universitária, 2001.
- Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993.
- Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2002.
- JUSTEN FILHO, M. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2010.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo brasileiro. 31.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- NOBREGA, A. R. Questões relevantes nas licitações públicas. Brasília: Fortium, 2005.

GESTÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Métodos de planejamento. Sistema de coleta de dados e informações. Organização de informações financeiras: Fluxo de caixa e análise de resultados econômicos e financeiros. Estudo da gestão financeira de curto prazo. Estrutura do Setor Público. Contabilidade Pública. Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstrações Consolidadas. Relatórios projetados e análise. Instrumentos de planejamento e controle. Estudo de Casos.

Bibliografia

- GROPELLI, A. A. & NIKBAKTHIT, Ehsan. Administração Financeira. São Paulo: Saraiva, 1999.
- HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática. 5ª edição. São Paulo, Atlas, 2004.
- ROSS, Stephen A, WESTERFIELD, Randolph W. & JORDAN, Bradford D. WESTON, J. Fred & BRIGHAM, Eugene F. Fundamentos da administração financeira. São Paulo, Makron Books, 2000.
- ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. São Paulo: Atlas, 2002
- CAMPELLO, Carlos A.G.B.; MATIAS, A. Borges. Administração financeira municipal. São Paulo: Atlas, 2000.
- CRUZ, Flávio da; VICCARI JR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélío; TREMEL, Rosângela. Lei de responsabilidade fiscal comentada. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIACOMONI, James. Orçamento público. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbson Gonçalves. Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem). São Paulo: Atlas, 2000.
- MACHADO JR., J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4320/64 comentada. 30. ed. Rio de Janeiro: Ibm, 2001
- NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à lei de responsabilidade fiscal. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- PEREIRA, José Matias. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: 2 ed. Atlas, 2003.
- REZENDE, Fernando. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.



SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins. 1. Ed. São Paulo: Prisma, 1997.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GESTÃO DE CUSTOS APLICADA À SAÚDE

Importância da Gestão de Custos na área da Saúde. Conceitos básicos da Gestão de Custos. Conceituação e Classificação de Centros de Custos. Manual de Custos do Estado. Classificação de Custos Fixos e variáveis. Classificação de Custos diretos e indiretos. Como implantar um sistema de custos. Metodologias de implantação de sistemas de gestão de custos em saúde. Exemplo prático de implantação do sistema de custeio por absorção.

Bibliografia

Cartilha. Campanha de Mobilização Interna. São Paulo, SP. Hospital São Francisco de Assis. 2000.

FALK, James Anthony. Gestão de Custos para hospitais. São Paulo: Atlas, 2008.

KAPLAN, Robert & Cooper, Robin. Custo & Desempenho – Administre seus custos para ser mais competitivo. São Paulo: Futura, 1998.

MARTINS, Domingos. Gestão Financeira de Hospitais. São Paulo: Atlas, 1999.

NOGUEIRA, Daniel Ramos. Contabilidade de Custos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

PREVENÇÃO E BIOSSEGURANÇA EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Evolução histórico-social da infecção hospitalar. Aspectos conceituais da infecção hospitalar. Principais síndromes infecciosas hospitalares e medidas de controle e prevenção. Legislações e programas de controle de infecção hospitalar. Noções de multirresistência bacteriana. Vigilância epidemiológica de infecção hospitalar. Visita a serviços de controle de infecção hospitalar.

Bibliografia

ANDRÉ, Adriana Maria. Gestão Estratégica de Clínicas e Hospitais. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

COUTO, Renato Camargo; PEDROSA, Tânia Moreira Grillo; CUNHA, Adriana França Araújo. Infecção Hospitalar e outras Complicações. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

FELDMAN, Liliane Bauer, org. Gestão de Risco e Segurança Hospitalar. 2 ed. São Paulo: Martinari, 2009.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II APLICADA A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Elaboração do Projeto de Intervenção. Desenvolvimento das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação parcial das atividades.

Bibliografia

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior:

Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808.

Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6.

Normas e Resoluções da IES.



7.4 DISCIPLINAS DE 4º SEMESTRE

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Processos de comunicação empresarial eficazes com os clientes, visando à excelência no relacionamento empresa-clientes; promover comunicação eficaz na organização, utilizando os canais adequados às diferentes necessidades corporativas, a fim de viabilizar um fluxo de informações sem ruídos; planejar uma estratégia de comunicação eficaz, a fim de apresentar para a sociedade a identidade da organização e o seu compromisso com a responsabilidade social; desenvolver uma formação direcionada para a etiqueta empresarial em ambientes corporativos, favorecendo a comunicação em ambientes online da organização; implementar planos de comunicação adequados às necessidades da organização, objetivando a comunicação eficaz com públicos locais e possíveis públicos estrangeiros.

Bibliografia

NEVES, Roberto de Castro. Imagem Empresarial. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
FIORIN, J. L. S.; FRANCISCO, P. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1999.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lucia Scliar. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar

GARCEZ, L. H. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lucia Scliar. Português instrumental. São Paulo: Atlas, 2007.
NASSAR, Paulo FIGUEREDO, Rubens. O Que é comunicação empresarial. São Paulo: Brasiliense, 1995.
NEVES, Roberto de Castro. Comunicação empresarial integrada. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR

Proibidade administrativa. Princípios e sistemas de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria. Controladoria Pública. Conceitos de Controladoria. Independência e Subordinação da Controladoria. Sistema de Controles Integrados. Apresentação de Modelos de Controles Integrados. Estrutura conceitual dos sistemas de Controles Internos. Controle Social. Estudo de Casos. Técnicas e procedimentos de Controle. Caracterização do ponto de controle. Competência do Controle Interno. Princípios Básicos. Independência. Área de atuação. Classificação dos Controles. Controle – Parlamentar, Judicial e Administrativo. Avaliação da Eficiência. Eficácia, Efetividade e Economicidade.

Bibliografia

ATTIE, William. Auditoria interna. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
ATTIE, William. Auditoria: conceitos e aplicações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.
BOTELHO, Milton Mendes. Manual de controle interno: teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2003.



CATELLI, Armando. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON. São Paulo: Atlas, 1999.

FISCH, Silvio, MOSIMANN, Clara P. Controladoria. São Paulo: Atlas, 2002.

FIGUEIREDO, Sandra, CAGGIANO, Paulo C. Controladoria. São Paulo: Atlas, 1997.

NAKAGAWA, Massayuki. Introdução à controladoria. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Luis Martins de. Controladoria – conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

PADOVOZE, Clóvis L. Controladoria estratégica e operacional. São Paulo: Pioneira, 2003.

PELEIAS, Ivam R. Controladoria. São Paulo: Saraiva, 2002.

PESTANA, Armando O., FRANCO, Paulo S. C., PERES JR., José H. Controladoria de gestão. São Paulo: Atlas, 1997.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SAÚDE

Introdução a Tecnologia da Informação. Processos de Integração e Comunicação de informações. Governo Eletrônico. Sistemas de Informação Gerencial (Tasy, GSUS). Gestor da TI. Gestão dos recursos da TI. Tecnologias Emergentes e suas aplicações nas organizações públicas. Introdução ao Alinhamento estratégico da TI ao setor público. Ferramentas de gestão hospitalar. Tecnologia e transparência. Sistemas de informação em Saúde no SUS.

Bibliografia

ANGELONI, M.T.(Org). Organizações do Conhecimento: infraestrutura, pessoas e tecnologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASSARRO, A. C. Sistemas de Informações para a tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 1999.

DRUCKER, P. A próxima sociedade e o Management. São Paulo: Pioneira, 2003

FRANCO, C. F. E-Business: Tecnologia da Informação e Negócios na Internet. São Paulo: Atlas, 2001.

LAUDON, K.C. e LAUDON, J.P. Sistemas de Informação. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

O'BRIEN, J. Sistemas de Informação e as decisões Gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2001.

STAIR, R. M. e REYNOLDS, G. W. Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2002.

MEYER, M. e outros. Nosso futuro e o computador. São Paulo: Bookman, 2000.

NONAKA, I.e TAKEUCHI, H. Criação de Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SLEIGHT, S. Como usar a Tecnologia da Informação. São Paulo: Publifolha, 2001.

TAKAHASHI T. (Org). Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério.

RELAÇÕES HUMANAS

Abordagem das relações interpessoais nas organizações, abrangendo as relações humanas como teoria, no trabalho e entre grupos. Comprometimento Organizacional. Cultura Organizacional. Clima Organizacional. Liderança e dinâmicas interpessoais. Relacionamentos. Comunicação não violenta. Negociação. Feedbacks. Conflitos no ambiente de trabalho. Humanização no Ambiente Hospitalar.

Bibliografia

MINICUCCI, A. Relações Humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2001.

ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

WEIL, P. Relações humanas na família e no trabalho. 51. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.



FERNANDES A. M. O.; OLIVEIRA, C. F.; SILVA, M. O. Psicologia e relações humanas no trabalho. Goiânia: AB, 2006.

MINICUCCI, A. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO HOSPITALAR

Tipos de manutenção operacional Estruturação de um programa de manutenção. Organização e Estruturação de um programa de manutenção. Arquiteturas de Manutenção Hospitalar. Manutenção de Equipamentos Hospitalares. Manutenção Corretiva. Manutenção Preventiva. Manutenção Preditiva. Custos Relacionados a Manutenção.

Bibliografia

CAMPOS, Juarez de Queiroz. NORMAS ARQUITETÔNICAS PARA OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE – Resolução – RDC 50/ Juarez Queiroz de Campos; Márcia B. Silva de Godoy – São Paulo: Editora Jotacê, 2003.

CATALOGO ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS disponível em: < <http://www.abntcatalogo.com.br/normagrid.aspx>>. Acesso em junho de 2014.

PEREIRA, Mário Jorge. ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2009.

SOUZA, Alexandre Ferreli... [Et. al]. Gestão de Manutenção em serviços de Saúde – São Paulo. Editora Blucher, 2010.

GESTÃO DA HOTELARIA HOSPITALAR

A hotelaria hospitalar no atendimento. Indicadores de melhoria e qualidade. Gerenciamento de documentação do setor e o atendimento à legislação. Gestão de equipes e serviços da Hotelaria Hospitalar. Plano de gerenciamento de resíduos em serviços de saúde. Hospitalidade e Humanização do ambiente hospitalar. Governança hospitalar.

Bibliografia

ACONDICIONAMENTO de resíduos de saúde. Disponível em: <https://www.portaleducação.com.br> Acesso em: 22 set. 2021.

ANDRADE, Carlos. Controle da poluição sonora em hospitais. Disponível em: <https://www.artigos.com/artigos>. Acesso em: 22 set. 2021.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Boletim Informativo Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. Brasília, v.1, n. 1, Jan-Jul. 2011.

BOEGER, M. Consultoria e gestão Einstein. Hotelaria Hospitalar. Disponível em: www.abusiness.com.br/consultoria. Acesso em: 30 set. 2021.

BOEGER, M. Uma boa hotelaria hospitalar fideliza o corpo clínico. Disponível em: <https://www.diagnosticoweb.com.br>. Acesso em: 30 set. 2021.

BURMESTER, H. Gestão da Qualidade Hospitalar. São Paulo: Saraiva, 2013. 279 p.

CQH.COMPROMISSO COM A QUALIDADE HOSPITALAR. Manual de indicadores de enfermagem NAGEH. 2.ed. São Paulo: APM/CREMESP, 2012. 60p. 204

CM TECNOLOGIA. Hotelaria Hospitalar: tudo que você precisa saber. Disponível em: www.cmtecnologia.com.br. Acesso em: 30 set. 2021.

E-BOOK. Gestão de Facilities em hospitais, como funciona? Disponível em: www.ngi.com.br/novidades/e-book. Acesso em: 23 jun. 2021.

FARIAS, R. M. Manual para Lavanderias: a revolução na arte de lavar. Coleção Hotelaria. Caxias do Sul: Educ. Universidade de Caxias do Sul, 2006 p. 2006

GOES, R. Iluminação de hospitais deve proporcionar conforto aos pacientes. Disponível em: <https://aecweb.com.br>. Acesso em: 30 set. 2021.

LOPES, M. A.; MEDEIROS, L. Humanização hospitalar: origem, uso e banalização do termo. Revista Propec, Belo Horizonte, p.1-10, 2004. Disponível em: < <http://arquiteturahospitalarnatal.com.br/r/pdf/artigo1.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2021.



LUKIANCHUKI, M. A.; CARAM, R. M. Arquitetura Hospitalar e o Conforto Ambiental: Evolução Histórica e Importância na Atualidade. In: Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (NUTAU-USP). São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.usp.br/nutau/CD/160.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2021.

MEZOMO, J. C. Gestão da qualidade da saúde: princípios básicos. Barueri: Manole, 2001.

NAGEH - Indicadores de Hotelaria Núcleo de Apoio à Gestão Hospitalar – Apresentação de março de 2015. Disponível em: < file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Hotelaria.pdf > Acesso em: 05 de jun. 2021.

OLIVEIRA, W. Repouso Área de estocagem ou setor de rouparia. Disponível em: <https://www.ebah.com.br>. Acesso em: 30 set. 2021.

PAREZIN, I. M. Hotelaria hospitalar é tema de entrevista com a professora do SENAC. Disponível em: www.sp.senac.br/jsp. Acesso em: 23 jun. 2021.

PARO, J. Pisos de hospitais: um tipo para cada ambiente. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/cont/>. Acesso em: 30 set. 2021.

RESENDE, C. C. Técnicas de Limpeza em Ambiente Hospitalar: demonstração passo a passo. São Paulo: Ciranda Cultural, 2011.

SANTOS, R. G.; SANTOS, E. G.; SOARES, N.V. A Enfermagem na gestão dos serviços de sanificação, lavanderia, costura e hotelaria hospitalar na segurança do paciente. Curitiba: CRV, 2016.

SILVA, J.C. A hospitalidade na hotelaria Turismo-e-hotelaria. Disponível em: www.portaleeducação.com.br. Acesso em: 23 jun. 2021.

SILVA, W. D. Lavanderia hospitalar. Disponível em: <https://coladaweb.com/medicina-e-enfermagem/lavanderia-hospitalar> Acesso em: 02 mai. 2021.

TAVEIRA, G. B. Dimensionamento do enxoval hospitalar. Disponível em: <https://docplayer.com.br>. Acesso em: 02 mai. 2021.

TORRES, S.; LISBOA, T. C. Gestão dos Serviços de Limpeza e Desinfecção de Superfícies e Processamento de Roupas em Serviços de Saúde. 4º ed. São Paulo: SARVIER, 2014.

WATANABE, S. A expansão da Hotelaria Hospitalar. Disponível em: <http://www.revistahotelnews.com.br/portal/opinião>. Acesso em 02 mai. 2021.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA III APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Elaboração do Projeto de Intervenção. Desenvolvimento das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação parcial das atividades.

Bibliografia

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6. Normas e Resoluções da IES.

7.5 DISCIPLINAS DE 5º SEMESTRE

MARKETING HOSPITALAR

Posicionar o hospital no ambiente do Sistema de Saúde Brasileiro, mapear o ambiente hospitalar em unidades de negócio e de apoio administrativo, diferenciando-o por tipologia e sistema jurídico. Elaboração de um plano de marketing e um modelo para implantação do mesmo no hospital, gerenciamento do relacionamento com o cliente, através do desenvolvimento e implementação de um sistema de comunicação interna e externa.



Fornecer aporte necessário e adequado aos clientes internos e externos de uma unidade de saúde, visando o bom atendimento no ambiente hospitalar; estruturar equipes, aplicando ferramentas de qualidade e excelência na gestão, visando alcançar as metas definidas pela instituição e a satisfação do cliente; executar serviços de recepção e atendimento hospitalar, efetuando direcionamento adequado às necessidades da clientela; acolher clientes internos e clientes de saúde (doente, acompanhante e visitantes), empenhando-se na excelência do atendimento; e gerenciar os índices de satisfação com o atendimento dos vários setores da instituição, aplicando as ferramentas adequadas, para sua promoção e reconhecimento.

Bibliografia

SALU, Enio Jorge. Administração hospitalar no Brasil. São Paulo: Manole, 2012.
KNODEL, L. J. Administração em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2012.
MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SISTEMA DE ACREDITAÇÃO HOSPITALAR

Conhecer o Histórico; Conceitos, Objetivos; Finalidades da Acreditação. Compreender a Metodologia 5S como facilitadora do Processo da Qualidade. Reconhecer a importância do Manual de Acreditação Hospitalar. Conhecer diversos instrumentos de avaliação de qualidade. Entender a importância da Auditoria Interna e Externa de Acreditação. Entender o papel da ONA e outras certificadoras internacionais na Acreditação Hospitalar.

Bibliografia

ABRAHUE Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino A Reforma Universitária e os Hospitais Universitários. 2004. Disponível em: http://www.abrahue.org.br/pdf/palestra_amancio.pdf Acesso em: 11 fev. 2006.
AMARAL, ACS. Perfil de morbidade e de mortalidade de pacientes idosos hospitalizados. Cad. Saúde Pública Rio de Janeiro.20(6)1617-1626,2004 Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino Hospitais Universitários e de Ensino no Brasil: Desafios e Soluções. ANO Disponível em: <http://www.abrahue.org.br/> Acesso em: 11 out. 2005.
CECÍLIO, L. C. O. A modernização gerencial dos hospitais públicos: o difícil exercício da mudança. Revista de Administração Pública, FGV, Rio de Janeiro, 31(3):36-47, 1997.
CHENSO, MZB E COL. Cálculo de Pessoal de Enfermagem em Hospital Universitário do Paraná: uma proposta de adequação Ciências Biológicas e da Saúde, Londrina ;25 (1):81-92,2004 COLETTA, MMD. Comparação de diferentes parâmetros para dimensionamento da equipe de enfermagem em um hospital universitário. Rev. Adm. Saúde 7(26):19-24,2005.
FELDMAN LILIANE BAUER, ET AL Identificação dos critérios de avaliação de resultados do serviço de enfermagem nos programas de acreditação hospitalar. Rev. Latino-Am. Enfermagem 14(4): 540-545. 2006.
FRANCISCO, I. M. F.; CASTILHO, V. A Enfermagem e o Gerenciamento de Custos. Rev. Esc. Enfermagem, USP, São Paulo; 36(3): 240 – 244, 2002.
FRANCO, SC ET AL. Avaliação da qualidade de atendimento ambulatorial em pediatria em um hospital universitário Cad. Saúde Pública vol.14 n.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 1998
GARRISON, Ray H. Gestão de custos para hospitais: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Atlas, 2001. 163p.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Reforma do Sistema da Atenção Hospitalar Brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 164p.

SISTEMA GERENCIAL DE ESCALAS

Sistemas para gestão de contratos de credenciamento e terceirização de serviços. Elaboração de escalas. Publicação de escalas e seus aspectos legais. Quantitativo exigido por lei. Regimes de trabalho.



Bibliografia

ANDRE, A. M. Gestão estratégica de clínicas e hospitais. São Paulo: Atheneu, 2010.
CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
MALAGON-LONDOÑO, Gustavo; GALÁN MORERA, Ricardo; PONTÓN LAVERDE, Gabriel. Administração hospitalar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

Bibliografia complementar

SALU, Enio Jorge. Administração hospitalar no Brasil. São Paulo: Manole, 2012.
CUNHA, Kátia de Carvalho (Coord.). Gerenciamento na enfermagem: novas práticas. São Paulo: Martinari, 2005.
KNODEL, L. J. Administração em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2012.
KURCGANT, Paulina (Coord.). Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

Estrutura da organização. A evolução da legislação trabalhista; Aplicabilidade da CLT; Regime Jurídico; Cargos, empregos e funções públicas; Acesso ao serviço público: Vínculos de trabalho. Seleção Pública (Formas e Editais: concurso, CRES, Credenciamento, Terceirização). Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público; Remuneração e subsídio: QPP's. Folha de pagamento. Cumulação de vencimentos no setor público; Servidor público e mandato eletivo; Direitos trabalhistas extensivos aos servidores públicos; Direitos e deveres estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos e na CLT; Aposentadoria; Processo Administrativo Disciplinar. Metodologia a ser aplicada nos Processos de Avaliações de Desempenho Profissional.

Bibliografia

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 2006.
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/03/consolidacao-das-leis-do-trabalho-ctt. Acesso em 30/09 de 2013.
PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
PARANÁ. Estatuto do Servidor Público. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

GESTÃO DA QUALIDADE NA SAÚDE

Visão histórica da evolução da gestão empresarial e as contribuições das diversas escolas de administração para a gestão da qualidade. Apresentação dos principais conceitos e características sobre Cultura Organizacional que influenciam o dia a dia dos indivíduos e grupos dentro das organizações. Conceitos e fundamentos da gestão organizacional e gestão estratégica da qualidade. Os princípios da Gestão de Qualidade e Segurança do Paciente em Saúde, melhores práticas assistenciais na trajetória do paciente, apoio diagnóstico e terapêutico, engajamento de pessoas e ferramentas para melhoria contínua. O planejamento, revisão e controle de processos e o acompanhamento de resultados visando a melhoria contínua dos processos. Conceitos, tipos e programas de certificação e acreditação. Gerenciamento de Riscos; Gerenciamento de Ações, Gerenciamento de Auditorias, Gerenciamento da Documentação; Gerenciamento de Controles, Gerenciamento do canal de denúncias e satisfação do cliente.

Bibliografia

OLIVEIRA, S.B. Gestão por Processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.



CARVALHO, Marly Monteiro de; PALADINI, Edson Pacheco (Coord.). Gestão da qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão Estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCINDA, Marco Antônio. Qualidade: fundamentos e práticas para cursos de graduação. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar. – 3ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 9000: sistemas de gestão de qualidade – requisitos. Rio de Janeiro, 2008.

PINTO, Abel; SOARES, Iolanda. Sistemas de gestão da qualidade: guia para a sua implementação. Lisboa: Sílabo, 2010.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Plano de prevenção de acidentes no trabalho em ambiente hospitalar, aplicando as normas de segurança no trabalho, para garantir a segurança do trabalhador; implementar ações relacionadas à segurança no trabalho, respeitando a legislação vigente, em especial, as da organização internacional do trabalho e organização nacional de saúde; analisar e classificar os riscos existentes em um ambiente de trabalho para a saúde do trabalhador, considerando o programa de prevenção ao riscos ambientais; gerenciar plano de segurança no trabalho em ambiente hospitalar, garantindo o cumprimento dos requisitos de segurança, para qualidade de vida do trabalhador, clientes e pacientes; aplicar ferramentas e programas de prevenção de meio ambiente do trabalho, equipamento de proteção individual, organizando o sistema de gestão de segurança. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Proteção Respiratória, Programa de Conservação Auditiva, Análise Ergonômica do Trabalho, Memorial de Proteção Radiológica, CIPA, Brigada de Incêndio. Biossegurança em laboratórios: NR 32 e as normativas NB-1, NB-2, NB-3 e NB-4.

Bibliografia

TORREIRA, Raúl Peragallo – Manual de Segurança Industrial – Marques Publicações – 1999

CAMPOS, Armando – CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – Editora SENAC, 1999, SP.

Wellington Tavares De Araujo, MANUAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO - São Paulo - (DCL).

BRASIL, Segurança e Medicina do Trabalho – São Paulo: Editora Atlas S/A.

MORAES, Giovanni. Normas Regulamentadoras Comentadas e Ilustradas. Rio de Janeiro: GVC, 2013.

BARBOSA, Adriano Aurélio Ribeiro. Segurança do Trabalho. Curitiba: Editora LT, 2011. ATLAS -2010.

FARMÁCIA HOSPITALAR

Introdução ao conceito de assistência farmacêutica e a legislação vigente que a regula. Legislação em farmácia hospitalar; Planejamento da área física da farmácia hospitalar; Gestão de compras em farmácia hospitalar: seleção e padronização, programação de compra, seleção de fornecedores e aquisição de produtos; Gestão de estoque em farmácia hospitalar: armazenamento e métodos de controle; Sistema de distribuição de medicamentos e produtos para a saúde e processo de unitarização; Farmácias satélites ou descentralizadas; Qualidade em farmácia hospitalar.

Bibliografia



BORGES FILHO, WM; FERRACINI, FT. Prática Farmacêutica no Ambiente Hospitalar. 2 ed, Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

CAPUCHO, HC; CARVALHO, FD; CASSIANI, SHB. (Org.). Farmacovigilância - Gerenciamento de Riscos da Terapia Medicamentosa para a Segurança do Paciente. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2011.

CASSIANI, SHB (Org). Hospitais e Medicamentos: impacto na segurança de pacientes. 1. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2010.

CASTRO, LLC. Fundamentos de Farmacoepidemiologia. Cuiabá: GRUPURAN, 2000, 180p.

CAVALLINI, ME; BISSON, M P. Farmácia hospitalar um enfoque em sistemas de saúde. 2 ed São Paulo: Manole ,2010.

CIPRIANO S.L; PINTO, VB; CHAVES, CE. Gestão estratégica em Farmácia Hospitalar: aplicação prática de um modelo de gestão para a qualidade. São Paulo, Atheneu ed, 2009. 158p.

7.6 DISCIPLINAS DE 6º SEMESTRE

GESTÃO PARTICIPATIVA E OS MODELOS DE ATENÇÃO A SAÚDE

Estudo sobre gestão e gerência. Promoção da gestão participativa. Estratégias para o fortalecimento da mobilização social. Rede social. Níveis de atenção à saúde. Os marcos teóricos e metodológicos da promoção a saúde.

Bibliografia

BRASIL, Ministério da saúde, Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011.

FARIA, J. H. Gestão Participativa – Relações de poder e trabalho nas organizações. 1 ed. Atlas. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria GM 399 /2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto. Brasília, DF: 22/02/2006.

RIBEIRO, M. R. Processo de Trabalho em Saúde da Família: Monitoramento em Saúde da Família. Núcleo de Materiais Didáticos. Ead. UNINTER. 2010.

_____. Ministério da Saúde. Gestão Municipal de Saúde: textos básicos. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

GESTÃO DA VIGILÂNCIA NA SAÚDE

Conhecer, compreender e caracterizar Vigilância em Saúde e suas contribuições para o desenvolvimento do SUS. Entender o processo de estruturação, organização e financiamento das ações de Vigilância em Saúde no Brasil. Apontar os desafios, na perspectiva do gestor, e conhecer estratégias de gestão que têm contribuído para a estruturação da Vigilância em Saúde no contexto nacional e internacional.

Bibliografia

DE SETA M.H., DA COSTA L.G., DELAMARQUE E.V. Gestão da vigilância à saúde. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Diretoria de Apoio à Gestão em Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 588, de 12 de julho de 2018. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso588.pdf>



BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Organização Mundial da Saúde. Regulamento Sanitário Internacional (2005) - Versão em português aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 395/2009. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/regulamento-sanitario-internacional/arquivos/7181json-file-1>

PLANO DE INTERVENÇÃO EM GESTÃO HOSPITALAR

Normas da ABNT. Função e importância do Plano de Intervenção em ambiente hospitalar no contexto da gestão. Plano de Intervenção e seus elementos: Introdução. Problema. Justificativa. Objetivos geral e específicos. Revisão de literatura. Metodologia. Cronograma. Resultados necessários e esperados. Elaboração do Plano de Intervenção em Gestão hospitalar.

Bibliografia

ANDRADE, Laíse Rezende de.; PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Parceria público-privada na gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde da Bahia. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. e00018621, 2022.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira.; MENDES, Taniella Carvalho. Propostas alternativas de gestão hospitalar e o protagonismo dos trabalhadores: por que as coisas nem sempre acontecem como os dirigentes desejam? Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 39–55, maio 2004.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. KÖCHE, José Carlos, 1944. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 182 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

SANTOS, Thadeu Borges Souza et al. Gestão hospitalar no Sistema Único de Saúde: problemáticas de estudos em política, planejamento e gestão em saúde. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 25, n. 9, p. 3597-3609. 2020. Acesso em: 16 maio 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.33962018>>.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SOARES, Edvaldo. Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003. 138 p.

ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (OTCC)

Orientação do processo de elaboração do Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar. Revisão textual dos elementos do Plano de Intervenção Hospitalar. Acompanhamento da aplicação do Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar. Organização, acompanhamento e orientação da apresentação do Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar em evento do Curso.

Bibliografia

PEIXE, B.C.S..et al. (Org). Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: reflexões, experiências e contribuições. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2010 – v.1 e 2.

PEIXE, B.C.S. et al. (Org.). Gestão de Políticas públicas no Paraná: coletânea de estudos. Curitiba: Ed. Progressiva, 2008 v.01.

PEIXE, B.C.S et.al. (Org). Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos. Curitiba: Ed. Progressiva, 2008. V01.



PEIXE, B.C.S et.al. (Org). Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos. Cascavel: Edunioeste, 2010. V01.
NBR-10520.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA IV APLICADA ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Desenvolvimento das Atividades extensionistas. Apuração dos Resultados finais alcançados. Avaliação realizada pela comunidade externa e discentes participantes. Elaboração e apresentação do Relatório do Projeto de Intervenção.

Bibliografia

BRASIL. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior: Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 21 jun. 2022.

PARANÁ. Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná. Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior – IES, pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n.º 07/18. Disponível: E-PROTOCOLO DIGITAL n.º 18.255.171-6.
Normas e Resoluções da IES.

8. FLUXOGRAMA

ANEXO

9. RECURSOS HUMANOS

Por se tratar de curso novo, o quantitativo apresentado nessa seção representa uma prospecção baseada no número de disciplinas, podendo sofrer alteração.

9.1 Corpo Docente

Serão indicados pelos departamentos ofertantes das disciplinas

SÉRIE	CURRÍCULO VIGENTE		NOVO CURRÍCULO	
	EFETIVOS	COLABORADORES	EFETIVOS	COLABORADORES

9.1.1 Classe

EFETIVOS	
CLASSE	NÚMERO DE PROFESSORES
Titular	
Associado	
Adjunto	27
Assistente	11
Auxiliar	
TOTAL	38

9.1.2 Titulação

TITULAÇÃO	PROFESSORES EFETIVOS	PROFESSORES COLABORADORES
Graduado		
Especialista	1	3
Mestre	10	3
Doutor	17	4
TOTAL	28	10



9.1.3 Regime de Trabalho

REGIME DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFESSORES
Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE)	20
Tempo Integral (40 horas)	8
Tempo Parcial (20 horas)	10
TOTAL	38

10. RECURSOS MATERIAIS

10.1 Materiais e Equipamentos

Não se aplica.

10.2 Laboratórios, Salas de Aula e Salas Especiais

Não se aplica. Será utilizado o AVA/NUTEAD.

10.3 Biblioteca

Biblioteca virtual adquirida pela UEPG.

11. ACESSIBILIDADE

A acessibilidade física nos Polos já está adequada e a sala virtual possui recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência: visual, auditiva, dislexia, daltônicos.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES

O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR na modalidade a distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:

- O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina do curso, na plataforma virtual de aprendizagem;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins às disciplinas do curso, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) utilizadas no curso.

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Para este curso haverá somente reprodução de material fornecido pela UAB.

13. ANEXOS

Apresentar em anexo:

- Declaração de aceite dos Departamentos para cada disciplina da nova matriz curricular.
ANEXO II.
- Extrato de Ata de cada Departamento aprovando a oferta de disciplina(s).



Universidade Estadual de Ponta Grossa

ANEXO DA RESOLUÇÃO CEPE Nº 2023.50

FL. 39 DE 40

Ponta Grossa, 16/maio/2023

Profa. Cristina Berger Fadel
COORDENADOR(A) DO CURSO



FLUXOGRAMA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOSPITALAR

1º semestre	Ética Profissional, Sociedade e Cidadania		Fundamentos da Administração		Gestão do Estado		Cenário Micro e Macro Econômico		Informática aplicada ao Setor de Saúde		Introdução a EaD	
	435	403	51	403	60	403	51	404	51	203	60	509
	Políticas Públicas e Sociedade		Extensão Universitária I aplicada às Instit. Públicas									
	405	60	403	51								
2º Semestre	Organização e Planejamento em Saúde		Gestão de Materiais Médicos/não Médicos e Logística na Saúde		Direito Administrativo		Direito e Legislação na Saúde		Elaboração de Orçamento Público		Elaboração e Gestão de Projetos	
	423	403	51	403	90	603	90	603	90	403	51	403
3º Semestre	Auditoria e Faturamento		Compras Públicas - Licitação		Gestão da Execução Financeira		Gestão de Custos Aplicada à Saúde		Prevenção e Biossegurança em Serviços de Saúde		Extensão Universitária II aplicada às Instit. Públicas	
	421	403	90	403	100	403	60	403	60	309	51	403
4º Semestre	Controladoria na Gestão Hospitalar		Comunicação Empresarial		Infraestrutura e Manutenção Hospitalar		Gestão da Hotelaria Hospitalar		Gestão da Tecnologia da Informação em Saúde		Extensão Universitária III aplicada às Instit. Públicas	
	427	403	51	403	51	201	60	408	80	403	60	403
	Relações Humanas											
	403	60										
5º Semestre	Marketing Hospitalar		Sistema de Acreditação Hospitalar		Sistema Gerencial de Escalas		Gestão de Pessoas em Organizações Hospitalares		Gestão da Qualidade na Saúde		Segurança e Saúde no Trabalho	
	384	403	51	403	60	403	51	403	60	309	60	201
	Farmácia Hospitalar											
	301	51										
6º Semestre	Gestão Participativa e os Modelos de Atenção à Saúde		Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC		Gestão da Vigilância na Saúde		Extensão Universitária IV Aplicada às Instit. Públicas		Plano de Intervenção em Gestão Hospitalar			
	315	403	60	403	34	310	51	403	80	509	90	
Disciplinas Formação Básica	Disciplinas Form. Espec. Profissional		Disciplinas Diversificação ou Aprofundamento		Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		TCC		TOTAL		Disciplinas EAD	
	564	1551		0		0		34		2149		2149
Extensão como Componente Curricular	TOTAL		Nome da Disciplina		___ª Série							
	256	2405		COD. CH		CH						
				CH-1ºs		CH-1ºs						
				CH-2ºs		CH-2ºs						

Em vigor a partir de junho de 2023 (Resolução CEPE nº 2023.50)